

A RESPONSABILIDADE DOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS EM FORMAR CIDADÃOS ORIENTADOS PELA ÉTICA MILITAR

THE RESPONSIBILITY OF THE GOIÁS MILITARY POLICE COLLEGE TO FORM CITIZENS TARGETED BY MILITARY ETHICS

REIS, Fabio Rocha dos¹
OLIVEIRA, Neuza Alves de²

RESUMO: Este artigo tem como finalidade apresentar o importante papel dos colégios militares, na busca pela formação de cidadãos que apresentem a ética militar e disciplina como instrumentos de regulação comportamental. A metodologia trata-se de uma revisão de literatura. O objetivo geral deste artigo é apontar os aspectos gerais do colégio da polícia militar e sua importância no afastamento dos jovens das estatísticas negativas observadas na segurança pública atual. Tendo este como base, os resultados deste estudo demonstraram que a rigidez com que se cobra o comportamento disciplinar e ético dos alunos é um importante fator que vem corroborar com a formação esperada neste modelo de ensino. Desta forma, os objetivos foram alcançados no sentido de demonstrar como os colégios da polícia militar vem tem uma importante parcela de responsabilidade na contribuição para que cada vez mais se tenha no meio social cidadãos orientados e conduzidos pela ética militar. Sugere-se por meio da elaboração deste artigo, pesquisas que busquem avaliar os níveis de satisfação dos alunos em comparação aos demais colégios com base no fato de que na maioria dos estudantes se encontra matriculada devido à necessidade em satisfazer a vontade dos pais desconsiderando a vontade própria. Deve-se avaliar também o interesse dos pais em colocar os filhos nas escolas militares.

Palavras-chave: Colégio da Polícia Militar. Disciplina. Ética. Goiás.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present the important role of military colleges in the search for the formation of citizens who present military ethics and discipline as instruments of behavioral regulation. The methodology is a literature review. The general objective of this article is to outline the general aspects of the military police college and its importance in removing young people from the negative statistics observed in current public security. Taking this as basis, the results of this study demonstrated that the rigidity with which students' disciplinary and ethical behavior is charged is an important factor that corroborates with the expected formation in this teaching model. In this way, the objectives have been achieved in order to demonstrate how the military police colleges have an important share of responsibility in contributing to the increasingly socially oriented citizens led by military ethics. It is suggested by means of the elaboration of this article, researches that seek to evaluate the levels of satisfaction of the students in comparison to the other colleges based on the fact that in the majority of the students it is enrolled due to the necessity in satisfying the will of the parents disregarding the will own. The parents' interest in placing their children in military schools should also be assessed.

Key words: College of Military Police. Discipline. Ethic. Goiás.

¹Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás -CAPM, freis295@gmail.com; Formosa-Go, Maio de 2018.

²Professora orientadora: Especialista, professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás -CAPM,neuzinha-formosa@hotmail.com; Formosa -Go, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A violência é resultante de inúmeras causas e proporciona vários prejuízos em todos os contextos sociais sendo considerada um grave problema para a segurança pública. A escola se apresenta como palco para as mais diversas manifestações violentas seja dentro ou fora de sala de aula. O tema tem sido abordado continuamente em diversos estudos com o objetivo de identificar as principais causas que resultam neste processo além de demonstrar a necessidade de encontrar medidas eficazes de combate e prevenção da criminalidade nestes ambientes destes, visto que tais práticas têm se tornado cada vez mais comuns no cenário da educação nacional.

Neste artigo serão levantadas argumentações acerca das possibilidades que a Polícia Militar temem contribuir para a formação do caráter e ideal de vida para crianças e adolescentes vitimados pela desigualdade social através de unidades públicas de ensino, geridas pela Polícia Militar.

Diante do temor de perdê-los para a criminalidade e violência, além da escola e da família, a polícia é vista como mais uma responsável por educar ao invés de apenas punir os desvios de conduta. Assim, a imagem da corporação tão questionada, principalmente nas comunidades socioeconomicamente menos favorecidas seria vista sob uma nova perspectiva, de parceria, de acolhimento, e não apenas como historiografia aponta, como uma força repressora e autora de ações violentas e arbitrárias.

É importante avaliar que as unidades de ensino militarizadas possuem objetivos e métodos de ensino rigorosos, o que faz com que seja necessária a apresentação de uma análise acerca dos pontos de vistas distintos, tanto contrários quanto favoráveis. Porém, para que se chegue a uma única perspectiva é importante que seja realizada a exposição dos padrões, históricos, do projeto, do ensino e cotidiano dos alunos que frequentam colégios militares regidos pela Polícia Militar.

É fundamental destacar ainda, que com a direção da Polícia Militar nos colégios, suas funções de agentes garantidores da ordem e paz social, ficam em reflexão, de como conduzirão os novos, porém antigos moldes militarizados de ensino.

Desta forma, surge a questão: de que forma a escola militar pode contribuir na formação de indivíduos através de seu modelo de ensino fundamentado pela ética e disciplina? Neste panorama, o objetivo geral é apontar os aspectos gerais do colégio da polícia militar e como estes se mostram importantes no afastamento dos jovens das estatísticas negativas observadas na segurança pública atual.

Os objetivos específicos se fundamentam em: elencar a relevância do método de ensino dos respectivos colégios, apresentar os aspectos relativos à violência no âmbito escolar; estudar o projeto educacional do colégio militar e sua importância para o desenvolvimento humano e social; compreender as diversas formas de aplicação do ensino, além de um viés histórico de como se deu a implantação desta modalidade de ensino no Estado de Goiás, que tem como base a importância da ética e disciplina para a formação de indivíduos conscientes da responsabilidade de seus atos.

A justificativa deste artigo se substancia na necessidade de apresentar a importância do trabalho realizado nos Colégios da Polícia Militar de Goiás através da promoção da ética e disciplina e como isto vem a refletir na realidade social fora dos muros escolares. Assim, é fundamental ressaltar que diariamente os policiais militares lidam com diversas situações convivendo com crianças e adolescentes de diferentes classes sociais no ambiente escolar e com isso, aprendem a agir diante de problemas de forma mais humanizada colocando a educação e a postura como finalidade.

O cotidiano dos Colégios da Polícia Militar apresenta um momento diário de grande importância entre os profissionais e os estudantes em que são lembrados e repassados o regulamento e onde os mesmos são elogiados mediante o bom comportamento. É importante ressaltar também que retirar os policiais da rua colocando-os no meio escolar não se trata de uma contribuição direcionada somente às pessoas que estão envolvidas no processo, mas a toda a comunidade que se encontra nas proximidades do colégio, visto que o prédio consta com policiamento e vigilância 24 horas por dia proporcionando a sensação de conforto e segurança a toda a vizinhança.

Os alunos ainda são reconhecidos por serviços prestados ao colégio por mérito intelectual e outras atitudes que merecem ser notadas motivando-os a apresentar cada vez mais, melhores resultados. A hierarquia também é implantada nos colégios, onde estudantes mais antigos possuem mais responsabilidades. Desta forma há uma cobrança efetiva e rigorosa acerca do cumprimento do regulamento proporcionando um comportamento pautado na ética e disciplina militar.

Diante disto, foi elaborada uma revisão de literatura que buscou determinar os principais pontos do trabalho em questão através de um estudo de levantamento de dados em artigos científicos, livros, notícias e demais fontes confiáveis. Através disto, foi possível determinar uma linha tênue entre os problemas sociais e o viés evolutivo e humanitário, com base na formação educacional do indivíduo pautada na inserção da ética e disciplina como promotoras do comportamento social.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A limitação promovida pela responsabilidade de coordenar e apresentar uma estrutura voltada para a formação de um processo pedagógico eficaz tem feito com que ocorra dificuldades em identificar as causas primordiais para a ocorrência da violência nas escolas e em suas imediações. O fato é que a criminalidade tanto dentro quanto fora das escolas é resultante de profundas questões que deveriam ser evitadas, visto que se trata de problemas sociais profundamente enraizados em que a escola não é capaz de resolver sozinha.

Neste sentido, as causas da violência no seio escolar se dividem em fatores individuais e externos à escola. Os fatores individuais estão voltados à facilidade de acesso às drogas, à marginalização ou seguimento da criminalidade como forma fácil de ganhar a vida. Assim: "Carências afetivas e causas socioeconômicas ou culturais certamente aí se misturam, para desembocar nestas atitudes" (COLOMBIER, 1989, p.35).

Quanto aos fatores externos ou extraescolares, é possível determinar que a questão financeira tenha um peso significativo. Este caso trata-se basicamente do contexto socioeconômico no qual o aluno encontra-se inserido. Assim, os fatores extraescolares tem sido o motivo principal para a promoção da violência pela grande maioria dos alunos.

Deve-se considerar a capacidade de prever o abandono e trabalhar sobre os problemas que estão direcionando os alunos a tomar tal decisão. Além da promoção de projetos, deve ser analisado o contexto social no qual o aluno se encontra inserido para que se possa resolver o problema antes que este se concretize.

As condições de vida geram um impacto nas condições de aprendizagem das crianças pobres; se assim não fosse, estaria negando todas as condições materiais adversas e concretas às quais aquelas crianças são submetidas. Estaria negando, em consequência, a mobilização em torno de reivindicações por melhores condições de vida pelas camadas populares (SNYDERS, 1977, p. 379).

Assim, há uma associação de fatores que levam à marginalização do aluno que envolve o contexto em que este se encontra inserido que é ligado diretamente ao panorama socioeconômico a que pertence. A taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes decorrente de causas externas tem se mostrado preocupante e seu significativo aumento pode ser observado por meio dos dados abaixo:

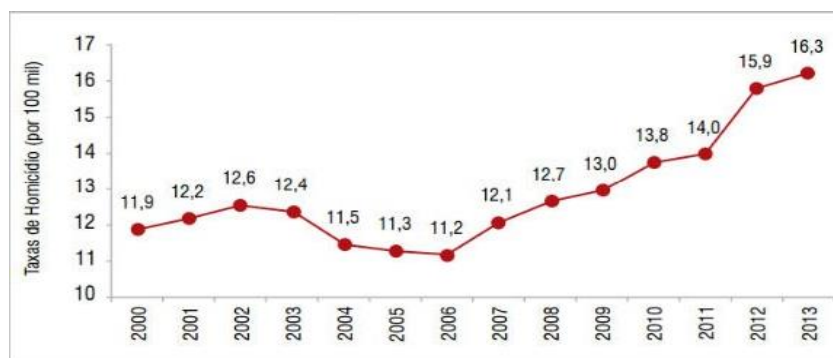


Gráfico 01: Evolução das taxas de homicídios entre indivíduos com idades de 1 e 19 anos

Fonte:(WASELFISZ, 2015)

Diante destas altas taxas de mortalidade apresentadas, cabe delimitar meios que possam refletir na conscientização do aluno para que este se adeque ao processo educativo e possa se beneficiar dele com melhores oportunidades, maior qualidade de vida e formação integral.

Logo, é importante ressaltar que: “Se mantivermos os jovens de classes populares envolvidos em ações educacionais na escola por mais tempo, reduziremos a mão de obra para o crime, que é oferecida gratuitamente a grupos armados” (MEDEIROS, p. 39, 1986). Assim, é possível que modelos de ensino específicos possam atuar na esfera preventiva através da conscientização de jovens e crianças sobre o impacto negativo do uso de drogas e da integração à vida criminosa.

2.2 ASPECTOS ACERCA DA MILITARIZAÇÃO DOS COLÉGIOS NO ESTADO DE GOIÁS

Os colégios da Polícia Militar em Goiás são podem ser responsáveis por uma reestruturação de jovens suscetíveis a serem engendrados no perfil de adolescentes em conflito com a lei, pois instaura padrões de conduta que favorecem na perspectiva de futuro, que não necessariamente seja o militarismo como profissão ou estilo de vida, mas sobretudo o afastamento de indivíduos em idade escolar de situações de risco e violência. Como uso de drogas, desemprego criando assim uma ética própria das instituições militares à formação deficitária que freqüentemente pode ser observada nas unidades de ensino tradicionais.

Conforme Santos (2016), a militarização da escola pública em Goiás é um movimento que vem modificando as estruturas do ensino público, onde agora a seleção passa a ser fator de inserção do jovem aos padrões, que a priori geram desconforto para alguns, mas

que após a fase de adaptação a assimilação do novo estilo de vida se torna habitual e parte dos valores de cada um.

Ainda citando Santos (2016) sob essa explicação, o fantasma do elitismo que alguns defensores do modelo de ensino democrático defendem, o governo de Goiás controla a situação, apresentando grande número de aceitações em todo estado. E para reforçar a condução da formação dos alunos, a proposta não é exclusivamente para se formar jovens que a posterior fossem incorporar as forças armadas, nem para Polícia Militar, e sim ocorre a implantação de valores e práticas militares que servirão como bases para galgarem as profissões que desejarem escolher.

Como definir o modelo de escola que apenas ocorreu uma transferência de gerenciamento do ensino, passando de uma situação direta e formal, para uma indireta da Secretaria Estadual de Educação e da própria corporação da Polícia Militar. Porém isso não significa que a escola esteja deixando de ser pública, continua um espaço livre de ensino, mas de forma direcionada a existência de uma certa rigorosidade quando se refere a valores e princípios de um convívio em sociedade denominado como “militarização da escola pública”, baseando em doutrinas do exército brasileiro, porém as matrizes curriculares comuns continuam na formação dos jovens.

A instituição escolar responsável por inserir ensinamentos que foram ineficazes enquanto matriz familiar é refletida por Foucault de modo a revelar esta como um organismo de poder. Pensando historicamente sobre o autoritarismo da militarização do Brasil e esta doutrina empregada nos colégios militares. Para Santos (2016) os tênues liames da história que se ligam aos processos que a sociedade goiana passa, a aceitação dos modelos instauradas nas escolas, desperta um desejo de modo autoritário de gestão do Estado que usará o militarismo para educar os civis.

Para tanto é importante citar o que imagina Hobbes (2003) quando define o papel do Estado e a importância do monopólio sobre a violência em seu território. Nesse sentido, Santos (2016) deixa explícita a autoridade pelo Estado não como um privilégio, mas como uma responsabilidade a mais na construção de uma sociedade. Tal ideia vem de que deve ocorrer de algum modo o restabelecimento da ordem nas vastas áreas da sociedade pelo Estado, e a transformação de escolas públicas em colégios da polícia militar de certo modo é uma estratégia de restabelecimento.

Além desses debates a respeito da forma intrínseca de implantação das doutrinas militares em escolas, alguns dados históricos são relevantes. A construção do pensamento filosófico das organizações sociais tem sua real relevância na busca pelo bem-estar coletivo e no sentido de comunidade. O homem proposto por Hobbes (2003) não é um ser meramente

racional, mas antes se encontra imerso em intensos conflitos de sua própria natureza egoísta e passional, neste sentido o homem tem tanto direito quanto instinto de realizar uma ação de sobrevivência, o direito natural da auto conservação de sua vida.

Em coerência com esta concepção rígida de natureza do homem, Hobbes (2003) afirma que as distinções entre os indivíduos são reduzidas para permitir de fato a chama da submissão total de um sobre o outro. Não existindo, assim nenhuma distinção hierárquica previamente posta entre os indivíduos, portanto a necessidade de um acordo prévio, um contrato social.

2.3 OS COLÉGIOS MILITARES GOIANOS E SUA FORMAÇÃO

Os colégios da Polícia Militar foram inseridos no cenário da década de 1990, porém sua criação foi decretada através da lei número 8.125 de junho de 1976, mais especificamente no artigo 23. De acordo com Souza (1999), em 27 de julho de 1998, os colégios militares foram efetivados, tendo como a primeira instalação sob iniciativa do comandante geral o então Coronel Eurípedes José Marques, sendo um dos principais mentores do projeto.

Segundo Canesin et. al. (2003), em 1999, o governador Marconi Perillo Junior insere o CPMG como projeto do plano educacional de seu mandato. Convocando a Polícia Militar para tomar frente da direção no colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos. O modo de manutenção desses colégios foi atribuir aos pais e responsáveis dos alunos uma contribuição financeira voluntária.

Para Canesin et. al. (2003), a questão pedagógica do colégio fica pautada basicamente nas mesmas diretrizes das escolas públicas, com grade curricular exigida pela Lei de diretrizes e bases da educação (LDB), porém ocorreu à introdução de nova disciplina no currículo “Noção de cidadania” que engendra psicologia fundamental e sociologia.

Em 2001 foram criados os colégios da polícia militar sob as leis estaduais 14.050 de 21 de dezembro e lei 14.044 de 26 de dezembro do mesmo ano, que designa o regulamento interno sendo de administração da Polícia Militar de Goiás, em parceria com a Secretaria de Educação, sob um modelo cooperativo. Esse processo marca o início da mudança de padrões no modelo de pedagogia, que agora as escolas públicas serão transformadas em CPMG, sob doutrina militar, onde o aluno se enquadra as normas prescritas ou não poderá permanecer na escola.

O governo do Estado de Goiás, até meados de 2016, totalizou quatro criações e sete transferências das escolas públicas para secretarias de segurança. O estado fica

visivelmente conhecido pelas inovações. Com isso levantam-se as críticas sobre as mudanças, necessitando que a polícia e o governo viessem argumentar e justificar o aumento das criações dos CPMG'S.

Santos (2016) ressalta que estão respaldados no discurso de que a disciplina e a hierarquia foram fatores determinantes no progresso dos índices de desempenho nos exames nacionais, abstendo aqueles que estão inseridos nos padrões do colégio, das mazelas sociais que denigrem a imagem da população jovem, a indisciplina, a violência e o uso de drogas em escolas públicas geridas por administração democrática.

Os valores de hierarquia e disciplina associados a não violência em Colégios da Polícia Militar de Goiás, a falta de violência nos colégios está ligada a presença de policiais no interior e nas proximidades da instituição escolar durante e fora os períodos de funcionamento. Isso aponta que além da segurança trazida pela presença da polícia, os ensinamentos extraídos do militarismo, gera uma sensação de efetividade no ensino, na formação do cidadão como produto final da ementa (SILVA, 2009).

Porém, é importante destacar que há divergências de opiniões, gerando certa resistência aos modelos de colégio militar, pois uma parcela da sociedade civil e as instituições públicas manifestam contra a implantação desta metodologia de ensino.

As manifestações contra os CPMG começaram a ficar mais fortes a partir de 2014, e 2015 foi o período no qual mais se registrou lutas contra a sua implantação. Em 2014, a Faculdade de Educação da UFG publicou uma nota de repúdio a militarização da escola pública. Nela, a Faculdade mostrou preocupação com as crescentes transferências para a Secretaria de Segurança do Estado. A responsabilidade e a promoção do ensino público diriam respeito à Secretaria de Estado de Educação de Goiás e não à PM (SANTOS, 2016, p. 33).

Isso demonstra uma preocupação evidente acerca do redirecionamento da coordenação do ensino para as instituições de segurança pública. Para que tais manifestações possam ser refutadas, é importante que os colégios militares apresentem resultados favoráveis a fim de que seus alunos possam demonstrar de forma prática os reais motivos de este ser um método eficaz de ensino e disciplina no contexto social.

2.4 REGIMENTO INTERNO DO CPMG

O Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG), apresenta fundamentado em seus princípios, a existência de um regulamento interno com o objetivo de direcionar a comunidade escolar para a existência de normas, regras e princípios básicos que devem ser seguidos. Este regimento resulta de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e

de Segurança Pública da Polícia Militar. Segundo Santos (2016), a administração de suas unidades se dá por meio da Polícia Militar e possui séries que compreendem do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e demais séries do Ensino Médio.

A direção e a coordenação dos colégios ocorrem por meio de pessoas que recebem indicação da Secretaria de Segurança Pública. Diante disso, todas as decisões que são tomadas no colégio se baseiam na hierarquia dos postos ocupados. Acerca da forma como a gestão é conduzida, o Título II do Regimento Interno do CPMG determina que:

Art. 5º A gestão escolar democrática e colegiada é entendida como o processo que rege o funcionamento do CPMG, compreendendo tomada de decisão conjunta no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões pedagógicas e administrativas com a participação do Comando de Ensino Policial Militar – CEPM, como unidade gestora dos CPMG e de toda a comunidade escolar. (Comando de Ensino Policial Militar - GO, 2016).

Essa questão democrática é amplamente trabalhada em todas as escolas de forma que os princípios e a finalidade educacional possam ser estabelecidos através de medidas que visam a aprovação da maioria. Isto ocorre de fato, baseado no que define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Tal lei, prevê o contexto democrático da gestão ao determinar que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; 54 II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996, p.12).

Acerca do corpo discente, este segue normas preestabelecidas e atuam em conformidade com os rumos definidos através de decisões tomadas pela direção e coordenação da unidade. Desta forma, seu trabalho se pauta através de regras que são pré-estabelecidas hierarquicamente. O Regimento Interno do CPMG determina que:

Art. 43. São deveres e responsabilidades do corpo discente: I – observar o que prescreve as normas em vigência, primando por uma conduta exemplar, tanto em âmbito interno quanto externo; II – primar pela probidade na execução de qualquer atividade escolar; III – obter o máximo de aproveitamento no ensino ministrado, desenvolvendo o espírito de organização e métodos de estudos; IV – apresentar sempre corretamente uniformizado e observar as atitudes regulamentares; V – zelar pela boa conservação do patrimônio do CPMG e de seu material escolar; VI – adquirir todo material didático indicado pela coordenação pedagógica; VII - manter-se informado pelos meios de comunicação disponibilizados pelo CPMG, especificamente os eletrônicos (Comando de Ensino Policial Militar - GO, 2018).

Destaca-se também a importância no contexto dos estudantes acerca do seguimento das normas assim. Desta forma, os colégios estabelecem formas de organização que favorece e facilitam a didática de ensino aplicada. Trata-se do comprometimento do aluno com o que a escola exige e manter este compromisso é fundamental para que o processo educativo se mostre eficaz.

É importante ressaltar que existem alguns fatores a serem considerados, onde através dos grêmios estudantis, os alunos possuem a oportunidade de participar por meio da defesa de suas ideias e anseios, buscando levantar questionamentos acerca de possíveis inconformidades. Por meio destes dispositivos, os alunos possuem uma relativa liberdade de expressar sua iniciativa e criatividade. Desta forma:

Art. 72. O Grêmio Estudantil tem por finalidade: I – desenvolver atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais; II – contribuir para a formação do aluno pela promoção da responsabilidade, iniciativa e criatividade; III – auxiliar a administração da escola, observando o disposto neste Regimento (Comando de Ensino Policial Militar - GO, 2018).

Acerca do ingresso na instituição educacional, o regimento prevê a realização de sorteio ou através de processo seletivo. Assim, permite-se transferências, desvinculação além de escrituração. Santos (2016) afirma que o poder acerca das vagas fica sob posse do comandante de forma que possa apresentar de forma clara quais vagas se encontrarão disponíveis para o período letivo seguinte.

Acerca do comportamento dos alunos, cabe também ao comandante a expulsão de alunos, caso o comportamento não se mostre adequado diante do que prega o Regimento Interno. Desta forma, o aluno passa por um processo de avaliação comportamental, cabendo a ratificação por parte do comandante após o aval do Conselho de Disciplina e os devidos trâmites legais com votação integral do colegiado acerca da permanência ou expulsão do aluno.

Há ainda, a presença de elogios que podem ser tanto individuais quanto coletivos com base na determinação de integrantes efetivos do corpo pedagógico. Espera-se com isso, o recebimento de ações positivas e resultados que venham a se destacar com base na dedicação de alunos da comunidade escolar. No contexto escolar, o pais participam através da requisição do comando seja por convite ou solicitação de acompanhamento do aluno.

A participação de pais e responsáveis é formal e está ligada apenas a reclamações e solicitações. Há ainda a solicitação de uma contribuição voluntária com o objetivo de promover melhorias e aquisição de recursos pedagógicos que venham a se mostrar necessários para aprimorar os métodos de ensino. Diante disso, para Santos (2016), o

regimento busca atuar como um mecanismo de promoção e direcionamento do ensino, das metas, de regras, normas e funcionamento do colégio. Busca formar cidadão fortalecidos pela disciplina, ética e obediência.

2.5 A EDUCAÇÃO PAUTADA NA DISCIPLINA E ÉTICA MILITAR

A disciplina pode ser considerada a principal ferramenta de formação utilizada pelos colégios militares. Seu objetivo se direciona ao controle do comportamento humano voltando-o para aquilo que se julga viável, aconselhável e conveniente. Cada detalhe e situação para Foucault (2013), são devidamente avaliados em um contexto como um todo e isto permite que a ação humana possa ser regulada através de mecanismos educacionais.

De acordo com Santos (2016), o ponto de apoio inicial da disciplina se dá através da imposição de muros demonstrando que manter-se recluso em um estabelecimento por dado período de tempo faz parte do controle comportamental humano. Deste modo, no espaço escolar, a disciplina também é aplicada de forma subjetiva embora sua representatividade se deu, por várias vezes, no século XVIII de forma individual.

Os métodos disciplinares simultâneos passaram a integrar o contexto educacional apenas após um mês depois através da determinação do espaço físico a ser ocupado pelos alunos. Assim, “cada indivíduo fica em um lugar determinado para dar funcionalidade e eficácia às posições distribuídas. Essa distribuição não poderia ser algo aleatório, mas deveria dar-se em unidades e se compor em fila” (SANTOS, 2016, p. 38).

Isto é visivelmente identificado através da disposição dos alunos em fila com o objetivo de favorecer o respeito ao espaço do outro e se apropriar apenas do seu próprio. O respeito aos horários passou a integrar a metodologia disciplinar comportamental de forma que o relógio pudesse determinar todas as ações humanas dentro e fora da escola. Com isso: “o tempo ‘iniciativo’ da formação tradicional (tempo global, controlado só pelo mestre, sancionado por uma única prova) foi substituído pelo tempo disciplinar com suas séries múltiplas e progressivas” (FOUCAULT, 2013, p. 153).

O fato de estar sempre com a sensação de ser vigiado, torna o contexto escolar, principalmente no que se refere as escolas militares, um ambiente, multidimensional de promoção da disciplina onde se teme por penalizações acerca do mau comportamento identificado. Isso torna a vigilância um dos principais mecanismos de incentivo à manutenção do comportamento disciplinar.

Assim, de acordo com Santos (2016), é possível identificar práticas vistas como inadequadas como desobediências, atrasos, agressões físicas, verbais e outras que venham a

ser devidamente registradas pela unidade de ensino. A punição também se torna aliada no contexto disciplinar, pois permite que comportamentos inapropriados possam ser inibidos dentro dos colégios de forma que também venham a prevenir tais práticas através da exemplificação daquilo que pode vir a ocorrer em caso de reincidência.

Os aspectos disciplinares dos colégios militares são observados constantemente em seu cotidiano, no que diz respeito a vários requisitos. A finalidade é proporcionar através de um regulamento geral que a formação dos indivíduos ali presentes venha a ser exemplar frente à sociedade levando em consideração o próprio comportamento do aluno mesmo fora da escola.

3 RESULTADOS E DISCUSSAO

Ao abordar a criminalidade crescente no país, a militarização das escolas se torna uma opção para que essas estatísticas possam ser transformadas. A necessidade de mudança nos paradigmas educacionais se pauta nos altos índices de mortalidade infanto-juvenil apresentados por Waiselfish (2015) que demonstram que as mortes na faixa etária entre 1 e 19 anos aumentou significativamente no período entre o ano 2000 e 2013.

Neste contexto, é importante traçar um perfil que venha a determinar as principais causas que fazem com que os jovens vejam na criminalidade o apoio necessário para suas carências. Embora Snyders (1977) apresente como principal fator de indução ao mundo do crime, as condições de vida em geral, Colombier (1989) aponta as carências afetivas e também as questões socioeconômicas.

Cabe estabelecer que a definição dos fatores causais consiste em um complexo processo de identificação de variáveis, pois, em um país onde a desigualdade social é nitidamente observada e a criminalidade infanto-juvenil se manifesta nas mais diversas classes econômicas, não se pode determinar apenas um fator causal, mas uma série deles.

Neste cenário, ambos os autores apontam fatores diferentes, mas que se complementam. Desta forma, Snyders (1977) sugere que há nas questões socioeconômicas fatores que dificultam o processo de aprendizagem. Logo, a qualidade da educação vem a ser prejudicada em virtude de fatores econômicos que limitam o aprendizado escolar pleno. Diante disso, é importante ressaltar que a contribuição voluntária realizada permite que haja adequações no ambiente escolar para que este propicie de forma integral todo o trabalho pedagógico que é proposto resultando em conforto e segurança para os alunos.

O fato é que o processo de militarização escolar vem a favorecer o aprendizado devido à indiferença com que as singularidades econômicas sociais são tratadas, pois estas não vêm a afetar a qualidade do ensino de forma que este é ofertado de forma igualitária a todos os alunos.

As carências abordadas por Colombier (1989) são trabalhadas de forma que a polícia militar passa a ter a oportunidade de educar os indivíduos que muitas vezes não recebem reforço em casa, ou que foram moldados de acordo com o que sugere as demandas sociais inadequadas, em casos específicos de ausência de imagem materna e paterna ou simplesmente a participação familiar.

Trata-se de uma alternativa eficaz que reduz o risco de punições por desvios futuros de conduta, fazendo com que os jovens sejam aclamados por sua moral e caráter reformados através de palestras e aulas ministradas por militares, que se baseiam por meio da inserção em seu aprendizado de noções de cidadania, sendo esta uma das mais importantes disciplinas que é implantada na grade curricular dos estudantes do Colégios da Polícia Militar de Goiás.

Citada por Canesin et. al (2003), as Noções de Cidadania se mostram essenciais para moldar o comportamento individual dos alunos. Por meio de medidas como esta, eleva-se os padrões sociais e se mostra a ideologia e essência do militarismo, por meio de aulas teóricas e práticas onde se ensina a ordem unida de acordo com o manual do exército.

No Estado de Goiás, os métodos de aprendizagem das escolas militarizadas são considerados rigorosos devido a existência de um regimento interno já mencionado. Desta forma, há uma determinada pressão, e em decorrência desta, existe todo um reforço não só nas matérias que devem ser aprendidas, mas também um apoio psicológico, que ajuda em diversas situações em um lugar especializado com alunos que participam da inclusão, evitando críticas internas sobre a metodologia dos colégios indiferente a perspectiva que a sociedade possui.

É fundamental lembrar da importância da convivência do policial militar com crianças e adolescentes de diferentes idades e classes sociais, fazendo-os aprenderem a lidar com o lado emocional mais aberto, pois conhecendo o universo infantil e adolescente, sabe-se que é exigida uma ação mais delicada para tratar de diversos assuntos e prepará-los para o mundo externo. Tal preparação condiz com os preceitos abordados por Santos (2016), que vislumbra a reclusão ocasionada pelos muros como fator de fortalecimento de vínculo e respeito.

A disciplina inerente aos colégios militares mencionada por Foucault (2013) é trabalhada constantemente no dia a dia dos estudantes, onde regulamento é cobrado e

repassado, fazendo-os lembrar que apesar da parte emocional e patriota, existe o lado real onde a sociedade exige que aprendam independente de seu desejo. Através disso, se põe a disciplina em prática, fazendo com que realmente aconteça, mesmo que para isso seja necessário o uso de rigidez.

Essa rigidez se faz necessária e se torna efetiva, demonstrado que o processo de punição deve fazer parte, assim como cobranças que resultam no bom rendimento. A motivação para o aprendizado e bom comportamento também se dá através de elogios conforme suas condutas, podendo receber estes também por meio de trabalhos voluntários quando lhes são solicitados em algum evento.

Os colégios militares utilizam-se do trabalho solidário dos alunos que se dá por meio de busca de recurso ou até mesmo em resposta aos pedidos de apresentação pela comunidade. Assim, os alunos aprendem a importância da obediência e dedicação através do reconhecimento de prontidão frente as convocações dos mesmos, sua boa apresentação pessoal e por notas acima da média. Isto vai de encontro ao que Medeiros (1986), aponta como a importância das ações educacionais na redução do tempo ocioso e na consequentemente disponibilidade para o adentramento ao mundo do crime.

A polícia militar dentro das escolas proporciona o direcionamento ético dos alunos em virtude de suas próprias experiências ocasionadas pela profissão externamente a escola. Com isso ensinam crianças e jovens que a educação é a opção mais viável ao apresentar, inclusive, os princípios que lhes foram ensinados na academia durante o período de formação.

Um dos maiores problemas nas escolas diariamente é a violência, o bullying e outros comportamentos inadequados, comportamentos os quais têm sido discutidos em todas as unidades de ensino militar, para que haja a eliminação desse tipo de ocorrência. O estado de Goiás tem sua capital entre as que mais apresentam índices de prática do bullying.

De acordo com o regimento interno do CEPMG e a abordagem de Santos (2016), o controle de ações consideradas agressivas nos colégios militares é realizado através de punições de natureza média ou grave, podendo chegar a uma suspensão do estudante que cometer tal ato.

A hierarquia é de extrema importância no sistema escolar implantado pela secretaria ensino da Polícia Militar de Goiás, por meio desta, os estudantes aprendem e praticam o respeito aos mais antigos, com direito à continência, chefias que organizam o colégio com companhias e chefias gerais. Tal abordagem corrobora com o que defende Hobbes (2003), onde a ausência de hierarquia resulta na implantação do caos e a presença deste se torna porta de acesso para a marginalização.

Isso faz com que a desigualdade em um ambiente onde a hierarquia é pregada, ensine crianças e adolescentes a criarem o próprio futuro mesmo em uma realidade de enfrentamento de desafios fora da unidade escolar. Deste modo, o afastamento de crianças e jovens do risco de sua exposição a criminalidade é possível através do seguimento das rígidas normas dos colégios militarizados.

Isto mostra que é indispensável um modelo educacional que venha se pautar na necessidade de promoção da educação e disciplinas como fatores essenciais para o desenvolvimento humano. Desta forma, o processo histórico cultural de transformação dos modelos de escolas públicas em espaços estritamente voltados para a afirmação do aspecto democrático e moldes tradicionais de condução das ações dos alunos, fomentou uma disputa de interesses entre aqueles que se opõem e os que são favoráveis a implantação dos colégios militares na rede pública de ensino.

Quando os jovens são submetidos a um contato mais direto com a polícia, logo fomentam sentimentos dicotômicos, alguns sob extrema aversão ou medo, e outros com o nosso objetivo a priori o desenvolvimento de uma sensação de proteção e projeção de futuro. Isto remete a inserção de valores decorrente da presença e participação efetiva dos jovens no meio militar defendida por Santos (2016).

Através do cotidiano de estudantes de colégio militar, é fácil perceber que a violência comum em outros colégios não está presente com a mesma frequência em unidades militares. Isso tudo graças a presença da polícia, que faz com que a segurança e a disciplina sejam colocadas como prioridade para os que ali frequentam. Desta forma, se apresenta um ambiente limpo e organizado. Isto faz com que o foco e a concentração exigida nos testes e provas que os alunos passam durante o ano letivo sejam metas alcançáveis.

Assim, os colégios militares contribuem para o afastamento de jovens e crianças da criminalidade e favorecem a redução dos índices negativos através da implantação de valores éticos, morais e disciplinares pautados na ideologia militar. Assim, como afirma Santos (2016), não se trata de um processo de indução à profissão militar, mas ao direcionamento de condutas éticas na vida social independente de qual seja a profissão que será exercida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente artigo, é possível concluir que os colégios militares, mais especificamente do Estado de Goiás, possuem uma parcela de responsabilidade grandiosa na

promoção de condutas éticas frente à sociedade atual. Isto se dá por meio do acesso à educação de qualidade associada à ética, hierarquia e disciplina.

Assim, os aspectos apresentados demonstraram que a rigidez da escola favorece a educação que muitas vezes é negligenciada por familiares. Ficou nítido que os fatores que envolvem a inserção de crianças e jovens na criminalidade não consistem em apenas uma questão, mas uma gama de processos que envolvem sobretudo, carências afetivas, discriminação e desigualdades sociais. Cada fator mencionado possui a capacidade de influenciar positiva ou negativamente no comportamento de jovens e crianças vulneráveis.

Com base nisso, é importante que sejam delineados estudos de campo, mais específicos que venham a apresentar resultados que permitam compreender e comparar os níveis de violência praticadas por jovens e crianças apontando a relação com o meio escolar. Através disto, será possível delinear percentuais que venham a demonstrar a real eficácia dos modelos de escolas militares frente as tradicionais

Sugere-se por meio do estudo realizado que é importante o desenvolvimento de uma pesquisa que busque avaliar os níveis de satisfação dos alunos em comparação aos demais colégios, em virtude de que uma grande parcela dos estudantes se encontra matriculada em decorrência do desejo dos pais sem considerar a vontade própria. É importante ainda, que se determine os reais interesses dos pais em colocar os filhos nas escolas militares.

Além disso, por meio do estudo, ficou evidente que as questões que vão além da educação estritamente interna, favorecem a integração à outras atividades que induzem e motivam o aluno ao aprendizado em virtude do reconhecimento de sua dedicação e determinação, favorecendo assim, o afastamento deste da criminalidade tão temida pela sociedade atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** DOU de 23 de dezembro de 1996.

CANESIN, Maria Teresa; CLÍMACO, Adélia Araújo de S.; QUEIROZ Edna Mendonça O. de; ANDRADE, Maria Dalva Pereira. **As referências simbólicas de jovens estudantes de um colégio militar.** 26ª Reunião Anual da Apênd.: Novo Governo. 2003.

COLOMBIER, Claire; MANGEL, Gilbert; PERDRIault, Marguerite. **A violência na escola**. São Paulo, Ed. Summus, 1989.

COMANDO DE ENSINO POLICIAL MILITAR - GO **Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar de Goiás**. Disponível em: http://www.cpmganapolis.net/wp-content/uploads/2015/05/regimento_interno.pdf Acesso em: 02 de março de 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2013, 41ª ed.

GOIÁS. **Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976: dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências**. D.O de 01 de julho 1976.

_____. **Lei nº 14.044, de 21 de dezembro de 2001: dispõe sobre as unidades do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG)**. D.O de 26 de dezembro de 2001.

_____. **Lei nº 14.050, de 21 de dezembro de 2001: dispõe sobre a criação, instalação e transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências**. D.O de 26 de dezembro 2001.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico civil**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2004.

MEDEIROS, Lígia. **A Criança da Favela e a sua Visão do Mundo: uma contribuição para o repensar da escola**. São Paulo: Dois Pontos Editora Ltda., 1986.

SALGUEIRO, Thaynna. **O Bullying nos gráficos**. (2011). Disponível em: <http://cdmstopbullying.blogspot.com.br/2011/06/o-bullying-nos-graficos.html> Acesso em: 20 abr. 2018.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A Militarização da Escola Pública em Goiás**. 2016. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a04.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

SNYDERS, George. **Escola, Classe e Luta de Classe**. Lisboa: Moraes Editora, 1977.

SILVA, Sirismar Fernandes. **Hierarquia e Disciplina no Colégio da Polícia Militar - Estudo de Caso do Cpmg** Dr. César Toledo. In: Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública, VOL. 2, Nº 1 (2009).

SOUZA, Cibeli de. **História da Polícia Militar de Goiás**. In: O Anhanguera. Goiânia: Polícia Militar do Estado de Goiás, ano I, nº. 1, 1999.

WASELFISZ, Júlio Jacob. **Violência Letal Contra As Crianças E Adolescentes Do Brasil**. 2015. 148 f.: il.